

## ARTIGO

### **Políticas públicas para educação profissional na década de 1990: o papel do estado e da sociedade civil**

Public politics for professional education in the decade of 1990:  
the role of the state and the civil society

Políticas públicas para la educación profesional en la década de  
1990: el papel del estado y el de la sociedad civil

*Laurinda Ines Souza de Moraes*

Instituto Federal de Educação de Santa Catarina – Brasil

*Silvia Sell Duarte Pillotto*

Universidade Regional de Joinville – Brasil

*Elizabete Tamanini*

Universidade Regional de Joinville – Brasil

### **Resumo**

O presente artigo se originou de uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação, concentrada na linha de pesquisa - Políticas e Práticas Educativas, cujo objetivo principal foi caracterizar os processos históricos do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC - Campus Jaraguá do Sul e seus impactos na implementação das políticas públicas voltadas para a

Educação Profissional. Para tanto, foram estudados documentos institucionais, leis, decretos e portarias, relacionados à Educação Profissional na década de 1990. Para o desenvolvimento desta investigação, optou-se pela pesquisa qualitativa com entrevista semiestruturada, com nove educadores do Campus Jaraguá do Sul - IFSC. No que se refere à análise dos documentos, optou-se pela metodologia "documento contra documento", de Shiroma, Garcia e Campos (2011) e para a análise das entrevistas, buscou-se subsídios teóricos na Análise de Conteúdo de Bardin (1977). Após as análises, observou-se que as prioridades das políticas públicas, na década de 1990, estavam centradas numa política de conduta neoliberal, que defendia a redução do tamanho do Estado e a Reforma da Educação Profissional. Os resultados revelam que foram notórias as dificuldades com as incertezas na continuidade das atividades do Campus Jaraguá do Sul do IFSC, com a ausência do Estado no que diz respeito às atividades básicas em relação à constituição e manutenção da instituição.

**Palavras-chave:** Educação profissional. Políticas públicas educacionais. Reforma da educação profissional.

### **Abstract**

The present article was originated from a research linked to a post graduate program - Master in Education, focused on research line - Educational politics and practices, which its main objective was to characterize the historical processes from Campus Jaraguá do Sul of the Federal Institute of Santa Catarina - 'IFSC' and its impact on the implementation of the public politics targeted to the professional education in the decade of 1990 were studied. For the development of this investigation, a qualitative research with a semi structured interview was chosen, with nine educators from th Campus Jaraguá do Sul - IFSC. In what refers to the analysis of the documents, the methodology 'document against document' from Shiroma, Garcia e Campos (2011) was selected and for the interview analysis, theoretical subsidies were looked for in the Bardin's content analysis (1977). Post analysis, it was noticed that the priorities of the public politic, in the decade of 1990, were centrated in a Neoliberal conduct, which defended the State size reduction and the Professional Education improvement. He results revealed that the difficulties were notorious with the uncertainty on the continuity of the activities of the Campus Jaraguá do Sul - IFSC, with the absence of the State in what concerns the basic activities related to the constitution and the maintenance of the institution.

**Keywords:** Professional education. Educational public politics. Improvement of the professional education.

## **Resumen**

El presente artículo se ha originado de una investigación vinculada al Programa de Posgrado – Maestría en Educación, concentrada en la línea de investigación – Políticas y Prácticas Educativas, cuyo objeto principal ha sido caracterizar los procesos históricos del Campus Jaraguá do Sul, del Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC y sus impactos en la implementación de políticas públicas dirigidas a la formación profesional. Por lo tanto, han sido estudiados documentos institucionales, leyes, decretos y otras resoluciones de la educación profesional en la década de 1990. Para ese fin, se ha optado por la investigación cualitativa, con entrevista semi-estructurada con nueve educadores del Campus Jaraguá do Sul – IFSC. Em lo que se refiere a el análisis de los documentos, se ha elegido la metodología 'Documento contra documento', de Shiroma, Garcia e Campos (2011), y para análisis de las entrevistas, se ha buscado fundamentación teórica en la Analisis de Contenido, de Bardin (1977). Tras el análisis, se observó que las prioridades de las políticas públicas en la década de 1990 estaban centradas em una política de conducta neoliberal, que defendía la reducción de la influencia del Estado y la reforma de la Educación Profesional. Los resultados muestran que han sido evidentes las dificultades con las incertidumbres en la continuidad de las actividades del campus Jaraguá do Sul– IFSC, con la ausência del Estado en lo que se refiere a las acciones básicas relativas a la constitución y a la manutención de la institución.

**Palabras clave:** Educación profesional. Políticas públicas educacionales. Reforma de la educación profesional

## **Introdução**

O texto se propõe a sintetizar parte da pesquisa de Mestrado desenvolvida na Universidade da Região de Joinville - Univille a respeito da implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Jaraguá do Sul UnED/JS da Escola Técnica Federal de Santa Catarina ETF/SC, hoje Campus Jaraguá do Sul do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. A pesquisa, cujo objetivo principal foi caracterizar os processos históricos do Instituto Federal de Santa Catarina Campus Jaraguá do Sul e seus impactos na implementação das políticas públicas voltadas para a Educação Profissional e tecnológica, também tratou da criação de uma

escola do 'Segmento Comunitário' em Jaraguá do Sul como parte de uma política pública .

Uma vasta documentação foi organizada, com significativas mudanças nas políticas públicas de educação, em especial, a profissional. Em março de 1997, foi lançada a Medida Provisória nº 1.549-28, que altera o § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948/1994, e, com essa mudança, a expansão da oferta de Educação Profissional somente poderia ocorrer em parceria com Estados e Municípios ou Organizações Não Governamentais (ONGs).

O Governo Federal também lançou o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP, que se constituiu no principal instrumento de implantação da Reforma da Educação Profissional. A Reforma do Aparelho do Estado, organizado pelo Ministério da Administração em 1995, justificou-se como sendo um “instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia”. (BRASIL, 1995, p. 6).

A intenção da pesquisa supracitada foi verificar como se deu a implementação das políticas públicas para a Educação Profissional no Campus Jaraguá do Sul - IFSC na visão de educadores. A reflexão fica por conta do seguinte questionamento: Como os processos históricos impactaram na implementação das políticas públicas para a Educação Profissional no Campus Jaraguá do Sul – IFSC?

O estudo que foi desenvolvido numa instituição de Educação Profissional pública e gratuita: Campus Jaraguá do Sul – IFSC, antiga Unidade de Ensino Descentralizada de Jaraguá do Sul da Escola Técnica Federal de Santa Catarina (UnED/JS da ETF/SC), localizada no município de Jaraguá de Sul no Estado de Santa Catarina, tomou por base informações obtidas com nove educadores<sup>1</sup>, através de entrevistas semiestruturadas. Utilizou-se como critério: professores efetivos, de matrícula mais antiga, que vivenciaram efetivamente a criação da UnED/JS e a implementação da Reforma da Educação Profissional na Instituição,

<sup>1</sup> Para proteger a identificação dos entrevistados, foi estabelecido um código de identificação, composto pelas letras maiúsculas A, B, C, D, E, F, G, H e I.

ou seja, são os primeiros educadores efetivos da Instituição estudada, atualmente transformada em Campus do Instituto Federal.

O tema organizador das questões referentes às entrevistas partiu do tema central, do problema e do objetivo da pesquisa, entrelaçando-se com o histórico da implementação de políticas educacionais. Abordou-se, ainda, como se deu a criação da Unidade Jaraguá do Sul da Escola Técnica Federal (hoje Campus Jaraguá do Sul do Instituto Federal de Santa Catarina) e o início dos cursos.

Para desenvolver a temática, foi escolhida a metodologia 'documento contra documento', desenvolvida por Shiroma, Garcia e Campos (2011). Analisar documento contra documento pode ser definido como uma tarefa que “exige um olhar investigativo sobre os textos oficiais (legislação, relatório, documento, entre outros) para ler o que dizem, mas, também, para captar o que não dizem” (SHIROMA, GARCIA e CAMPOS, 2011, p.18).

Como referencial de análise da política educacional, para esta pesquisa, utilizou-se: 'Abordagens do Ciclo de Políticas', proposto por Stephen Ball, que no Brasil é estudado por Mainardes. Segundo Mainardes (2006) nesse referencial, as políticas não são simplesmente implementadas, mas reinterpretadas no contexto da prática e a análise da trajetória de políticas envolve a análise de cinco diferentes contextos (influência, produção do texto, contexto da prática, resultados/efeitos e estratégia política). Isso significa que as políticas educacionais não são construídas de maneira homogênea e simples, meramente refletindo os interesses do capital. Essas são, na verdade, o resultado de um intenso embate entre os anseios capitalistas e forças contrárias a estes. Para a análise das entrevistas, foi utilizado o referencial de Análise de Conteúdo de Bardin (1977). Para o desenvolvimento da investigação, optou-se pela pesquisa qualitativa com entrevista semiestruturada, com nove educadores. Educadores esses que vivenciaram, efetivamente, a criação do Campus Jaraguá do Sul e a implementação legal e prática da reforma da Educação Profissional, na década de 1990, no Instituto Federal de Santa Catarina.

O ponto de partida deste estudo foi à transcrição das entrevistas, de cuja leitura surgiram as primeiras impressões. Com a transcrição feita, foi utilizada a categorização a partir das temáticas levantadas nas falas dos entrevistados. 'O Papel do Estado e da Sociedade Civil', à 'Implementação da Política Pública Educacional' e o 'Ensino Médio Profissional e Propedêutico'. Para o presente artigo privilegiou-se a primeira categoria temática: ' O Papel do Estado e da Sociedade Civil'.

### **A Reforma do Estado e da Educação Profissional na década de 1990**

O Governo Federal, na exposição do documento 'Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado', organizado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) em 1995, assim justifica a Reforma do Estado:

Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais. (BRASIL, 1995, p.6).

Para o governo, os problemas a serem equacionados pela reforma, nascem a partir da constatação de que a “crise brasileira da última década foi também uma crise de Estado” (BRASIL, 1995, p. 06). Segundo documento do MARE, ao falar em delimitação do tamanho do Estado, fala-se, na verdade, na delimitação dos espaços de atuação do Estado e do mercado. No diagnóstico da crise brasileira, afirma-se que o Estado, em razão do modelo de desenvolvimento adotado (substituição da importação), desviou-se de suas funções precípuas para atuar com grande ênfase na esfera produtiva (BRASIL, 1995). A justificativa, apontada por Bresser Pereira, Ministro da Reforma do Estado, e pelos intelectuais orgânicos na era FHC, para a privatização ou publicização dos serviços sociais era a crise do Estado:

A causa da crise foi o excessivo e distorcido crescimento do Estado desenvolvimentista no Terceiro Mundo, do Estado comunista no Segundo Mundo e do *Welfare State* no Primeiro Mundo. As potencialidades do mercado na alocação de recursos, na coordenação da economia, tinham sido erroneamente subavaliadas. O Estado tinha se tornado muito grande, aparentemente muito forte, mas de fato muito fraco, ineficiente e impotente, dominado pela indisciplina fiscal, vítima de grupos especiais de interesse, engajados em práticas privatizadoras do Estado. (PEREIRA, 1996, p.16-17).

O Governo Brasileiro, em 1995, analisa que: a crise estava no ‘Estado e não no Capital’ e, portanto, dentre as estratégias do governo, estaria o Projeto de Reforma do Estado apresentado pelo MARE. Assim enfatiza o documento:

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. (BRASIL, 1995, p. 12).

Peroni (2006), ao referir-se às mudanças ocorridas na redefinição do papel do Estado<sup>2</sup>, e à Política Educacional no Brasil dos anos 1990, analisa as estratégias do neoliberalismo para com o Estado:

O pressuposto teórico que norteou a análise do processo de redefinição do papel do Estado foi o de que a crise fiscal é parte de um movimento maior de crise do capital, e não a causadora da crise como foi diagnosticado pelo neoliberalismo e pela Terceira Via. (PERONI, 2006, p. 2).

Portanto, na análise de Peroni (2006), a crise estava centrada no ‘Capital e não no Estado’, ao contrário do propagado pelo neoliberalismo, e que levou o Governo Federal brasileiro a uma redefinição do papel do Estado.

---

<sup>2</sup> Para Peroni (2006), o Estado é aqui entendido como Estado histórico, concreto, de classe, e, nesse sentido, Estado máximo para o capital, já que, no processo de correlação de forças em curso, é o capital que detém a hegemonia. (PERONI, 2006).

Em março de 1997, foi publicada a Medida Provisória nº 1.549-28, que altera o Art. 3º da Lei nº 8.948/94, e diz o seguinte:

Art. 44 – O art. 3º da Lei nº. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 5º a expansão do ensino técnico, mediante criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 1997, Medida Provisória nº 1549-28, p. 2).

Neste caso, a expansão da oferta de Educação Profissional não mais poderia ocorrer por iniciativa exclusiva do Governo Federal. Além do que, por meio da medida provisória citada, abre-se espaço para que recursos públicos sejam repassados para o setor público não estatal que ofereça Educação Profissional, em nível técnico ou tecnológico.

Essa nova composição ou legislação da Educação Profissional constitui o marco legal sobre o qual o governo buscou viabilizar o redesenho institucional da Educação Profissional, deslocando parte da execução da demanda por profissionalização ao setor público não estatal.

Para corroborar a alteração, mais tarde, em 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.649/1998, que, em seu Artigo 47 alterou definitivamente o art. 3º da Lei nº 8.948/1994, e passou a vigorar com isso seguinte parágrafo:

§ 5o A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 1998b, p. 2).

Possivelmente, a lei teve como objetivo principal, ratificar que os novos investimentos não seriam mais na Rede Federal mas, somente no

setor comunitário, de acordo com o percentual apresentado pelo PROEP, principalmente na iniciativa privada, que poderia, até mesmo, assumir a gestão de uma instituição pública de Educação Profissional.

### **Percepção dos educadores com relação à Reforma da Educação Profissional: o Papel do Estado e da Sociedade Civil**

As falas dos entrevistados caracterizam de que forma a Unidade de Ensino Descentralizada de Jaraguá do Sul, da ETF/SC, hoje, Campus Jaraguá do Sul - IFSC funcionava nos primeiros anos de existência. Os entrevistados assim se manifestam:

Essa Unidade começou assim, no final do Governo Itamar: nasceu, mas não foi dada sustentação a ela. Ela iniciou por Portaria e não por Decreto, então ela só teve o seu funcionamento autorizado, não teve a criação efetivada com uma fatia no orçamento. (ENTREVISTADO I).

Orçamento aqui a gente não tinha, tinha orçamento para a Unidade de Florianópolis, [...] a gente conseguiu algumas conquistas, e, uma dessas conquistas foi o rateio do orçamento, proporcionalmente, pelo número de alunos. (ENTREVISTADO E).

Conforme apontado pelo entrevistado I, pelo fato de a Unidade de Ensino Descentralizada de Jaraguá do Sul - ETF/SC ter sido autorizada através da Portaria nº 724/1994, do Ministério da Educação e Cultura - MEC, e não instituída por um decreto-lei, não havia previsão orçamentária por parte da União para sua manutenção. Já para o entrevistado 'E', uma das formas encontradas para a UnED/JS obter recursos foi 'ratar' o orçamento da Unidade Florianópolis; mas, isso também gerou outros problemas internos, pois havia um determinado recurso/orçamento que teve que ser dividido com outra Unidade.

Os entrevistados também relatam algumas alternativas para conseguir recursos para o funcionamento da UnED/JS:

Eram tantas as dificuldades que, na época, foi criada a Associação de Alunos Pais e Professores, [...] nós fazíamos parte dessa AAPP. Ajudou bastante nessa época a escola. (ENTREVISTADO G).

O que teve um papel decisivo para a manutenção desta Unidade foi mesmo a formação de um grupo de alunos, porque já eram mais adultos, com alguns docentes da época, que formou uma AAPP e essa Associação fazia algumas campanhas financeiras para arrecadar fundos para fazer a manutenção da Unidade. (ENTREVISTADO I).

Os educadores expõem, nas entrevistas, a ausência do 'Estado' na situação de provedor das condições mínimas de funcionamento da UnED/JS, e a necessidade, dos alunos, pais e professores, de buscarem alternativas paliativas de ordem financeira, criando a Associação de Alunos, Pais e Professores - AAPP, para dar continuidade as atividades da instituição.

Pode-se perceber, na constituição dessa Associação de Alunos, Pais e Professores, a configuração de uma nova 'Organização Social', ou seja, a constituição de um Terceiro Setor. É o 'Estado' transferindo ao cidadão a responsabilidade pelos serviços sociais, como a educação, neste caso, a capacitação profissional. As falas dos entrevistados vêm ao encontro do que Peroni (2006) destaca:

O papel do Estado para com as políticas sociais é alterado, pois com este diagnóstico duas são as prescrições: racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, já que instituições democráticas são permeáveis às pressões e demandas da população, além de serem consideradas como improdutivas, pela lógica de mercado. Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade: para os neoliberais através da privatização (mercado), e para a Terceira Via pelo público não-estatal (sem fins lucrativos). (PERONI, 2006, p. 14).

A intenção do Governo Federal, nessa perspectiva, era tornar mais eficaz o uso dos recursos e retirar o poder das instituições, já que a população tem mais poder de pressão sobre as instituições públicas

democráticas, consideradas no entanto, improdutivas pelo neoliberalismo. Portanto, o que aparentemente seria uma 'proposta' de Estado mínimo configura-se como 'realidade' de 'Estado mínimo', no que se refere a políticas sociais.

Os educadores, através das entrevistas, descrevem as condições de funcionamento das aulas práticas, com relação a laboratórios e equipamentos. Os entrevistados assim se referem:

[...] nós não tínhamos laboratórios, afinal, para ser uma escola técnica, o próprio nome já sugere a necessidade de laboratórios. [...] os laboratórios sempre foram problemáticos, quando eu digo sempre, eu quero dizer principalmente no início, pois a gente sempre teve dificuldades de conseguir os equipamentos para fazer as aulas mais práticas. (ENTREVISTADO C).

Os entrevistados relembram as condições do prédio em que funcionava a UnED/JS e, inferem, ainda, que havia a obrigatoriedade de se ter laboratórios para as disciplinas práticas. Por se tratar de uma instituição de ensino técnico, deveria dispor de condições físicas e laboratórios para que os alunos pudessem desenvolver seu conhecimento da práxis. Talvez, toda essa precaridade estrutural, promovida pela ausência do Estado, aumentou a resistência dos professores em relação às propostas pelos órgãos centrais.

Para Pasold (2003) a luz da experiência brasileira, concebe-se o 'Estado' como a instituição que atua como centralizador político e tem a Constituição como orientadora de todo o sistema social, jurídico, político e econômico do país. Esse é o papel do Estado democrático de Direito; para tanto, cabe ao Estado exercer sua função mais ampla, qual seja, garantir o bem-comum.

Os elementos DEVER DE AGIR e AÇÃO compõem-se num quadro no qual o poder do Estado assume direções fundamentais e executa as atividades necessárias à consecução de objetivos pretendidos, como efeito do dever que o Estado detém para com a sociedade. (PASOLD, 2003, p.56).

O autor destaca que esta função social do Estado está atrelada aos termos ‘ação e dever de agir’, pois são eles que revelam a obrigação do Estado para com a Sociedade. No Estado Democrático de Direito, cabem ações e o dever de agir em prol da sociedade, em conformidade com as diretrizes constitucionais. No caso de Jaraguá do Sul foram feitas intermediações junto ao empresariado local, na época, para que buscassem, junto ao MEC, a viabilização da UnED/JS:

Em setembro de 1995, a professora Soni de Carvalho encaminha ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul e do Grupo WEG S.A, Décio João da Silva, relatório da situação da UnED/JS. Solicita seu empenho para, com os representantes políticos de Santa Catarina no Congresso Nacional, criarem mecanismos orçamentários para o ano de 1996, a fim de viabilizar a Unidade da ETF/SC em Jaraguá do Sul, sob pena de colocar em risco a continuidade da Unidade. As duas principais reivindicações são: criar um quadro de pessoal permanente para a UnED/JS e recursos para iniciar a construção do prédio definitivo da escola. (NEVES 2001, p. 56).

Percebe-se, pelo enunciado, que houve um empenho, tanto da Direção Geral da ETF/SC quanto do setor empresarial de Jaraguá do Sul, quanto à implantação definitiva da Unidade da ETF/SC em Jaraguá do Sul; porém, essa mobilização não alcançou êxito junto ao Governo Federal para trazer as condições necessárias (orçamento e pessoal). Somente em 1998, com o surgimento do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, foi atendida essa reivindicação da UnED/JS. Porém, a solução encontrada para receber os recursos trouxe uma novidade para todos: os recursos financeiros viriam para construção de uma nova instituição, uma Escola do ‘Segmento Comunitário’, não mais para consolidar a Unidade da ETF/SC em Jaraguá do Sul. (NEVES, 2001).

Os entrevistados também mencionam a criação dessa Escola do Segmento Comunitária, em Jaraguá do Sul:

Práxis Educacional	Vitória da Conquista	v. 12, n. 22	p. 295-314	maio/ago. 2016
--------------------	----------------------	--------------	------------	----------------

E aí, quando o Ministro Paulo Renato veio com a idéia de construir aquelas Escolas Comunitárias, nós, aqui, ficamos sem nenhum recurso mesmo (ENTREVISTADO A).

Toda essa década de 90 teve uma série de reformas educacionais, não só no Brasil, mas em outros países também, mas tudo isso com um olhar sob a luz do neoliberalismo. Tinha uma intenção bem clara de desregular, de descentralizar e de privatizar. [...] Nós, aqui do Campus, seríamos transferidos para essa nova organização. (ENTREVISTADO F).

Verifica-se, pela declaração dos entrevistados, a preocupação de uma instituição estatal ser absorvida por uma instituição pública não estatal. Percebe-se que há um sentido claro em direção à reforma, destacando a visão neoliberal dos governantes da época, na tentativa de privatizar a educação. O entrevistado 'F' também destaca a possibilidade de 'transferência' da Instituição estatal para a nova organização não estatal mas, por indeferimento no âmbito do Executivo Federal, essa transferência foi inviabilizada por ser anticonstitucional. Sobre a perspectiva da redefinição do papel do Estado, Peroni (2006, p. 09) enfatiza: "A propriedade pública não-estatal é chamada por muitos autores de Terceiro Setor, nem Estado, nem mercado. O Terceiro Setor é caracterizado como o Público não Estatal e pressupõe a existência do primeiro e segundo, Estado e Mercado."

Nessa perspectiva, neoliberal, o governo transfere parte de suas responsabilidades ao chamado Terceiro Setor, ao que Peroni (2006) chama de 'nem público nem privado. Para tanto, o governo promoveu reformas do Estado ancorado em medidas de não intervenção na economia, nas áreas sociais e na educação, definindo-se, assim, como 'Estado Mínimo'. Nessa lógica, o Estado retira de si as responsabilidades com a Educação Técnica, transferindo-as para as organizações não estatais e para a sociedade civil, abdicando de ofertar um segmento da Educação Profissional.

As reformas propostas e algumas já implementadas no Brasil, a partir de 1990, caminharam na direção da diminuição do Estado também

em sua função social, em favor da empresa privada, ou mesmo do denominado público não-estatal, que não se encontra normalmente no mercado nem no Estado:

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. (BRASIL, 1995, p. 12).

O Plano de Reforma do Estado no Brasil propõe que as empresas públicas sejam privatizadas ou transformadas em 'organizações sociais', não dirigidas pelo poder público, mas recebendo fundos públicos.

Afinal, o que são as organizações sociais? As Organizações Sociais têm seu recinto no bojo do processo que se chama de “Reforma do Estado”, elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), instituído quase que somente para efetivar a reforma administrativa pretendida pelo Governo Federal. Um dos alvos estratégicos deste plano foi a aprovação do “Programa Nacional de Publicização”, aprovado pela Lei 9.637, de 15 de Maio de 1998. Esta lei permite ao Poder Executivo transferir a execução de serviços públicos e gestão de bens e pessoal públicos, a entidades qualificadas, quais sejam, as 'Organizações Sociais'. A legislação relacionada às Organizações Sociais é a Lei 9.637/98 que no seu, Art. 1º, destaca:

Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei. (BRASIL, 1998a).

O conceito legal revela-se insuficiente para abranger a complexidade da instituição e, para entender o Modelo das Organizações

Sociais, recorre-se aqui ao Professor Paulo Eduardo Garrido Modesto, que traz um significado mais analítico sobre as 'Organizações Sociais', em seu trabalho “Reforma do Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil”:

As organizações sociais definem-se como instituições do terceiro setor (pessoas privadas de fins públicos, sem finalidade lucrativa, constituídas voluntariamente por particulares, auxiliares do Estado na persecução de atividades de conteúdo social relevante). Mas ser organização social não significa apresentar uma estrutura jurídica inovadora, mas possuir um título jurídico especial, conferido pelo Poder Público em vista do atendimento de requisitos gerais de constituição e funcionamento previstos expressamente em lei. Esses requisitos são de adesão voluntária por parte das entidades privadas e estão dirigidos a assegurar a persecução efetiva dos fins de interesse público e fixar as garantias necessárias a relação de confiança e parceria entre a entidade privada e o Poder Público.(MODESTO, 2001, p.7).

Portanto, as organizações sociais são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, designadas a atividades de relevante valor social, de concessão ou permissão do Poder Executivo, criadas por ações de particulares segundo modelo previsto em lei, reconhecidas, fiscalizadas e fomentadas pelo Estado.

Em Jaraguá do Sul, foi implantada uma escola deste segmento comunitário em 1998. O Centro Politécnico de Jaraguá do Sul/SC, estabelecimento de ensino técnico profissional, foi concebido dentro dos critérios estabelecidos pelo Programa de Expansão do Ensino Profissional para acessar os recursos financeiros junto à linha de financiamento denominada Linha Comunitária. A singularidade do Centro Politécnico está, exatamente, no fato de que ele iria incorporar a UnED/JS da ETF/SC, instituição pública estatal já em funcionamento desde 1994.

Dessa forma, a expansão da Educação Profissional, ocorrida na década de 1990, não se caracterizava como ensino 'público e gratuito', mas, sim, de caráter 'comunitário'. Em Jaraguá do Sul, a implantação de uma escola do 'Segmento Comunitário,' como parte de uma política pública de Educação Profissional, induz a um desenho institucional até

então inexistente na região. Para que o projeto do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul fosse enquadrado no PROEP 'Linha Comunitária', tornou-se necessária a constituição de uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, que recebeu o nome de 'Associação Politécnica de Jaraguá do Sul' (NEVES, 2001).

A exigência do MEC para liberar os recursos para Jaraguá do Sul, especificamente para o Centro Politécnico, era a incorporação da UnED/JS da ETF/SC à escola do Segmento Comunitário. Essa reivindicação do MEC só foi possível pelo fato de o início das atividades na UnED/JS se dar através de uma portaria e não por um decreto lei.

Sobre essa possível transferência, o entrevistado 'F' enfatiza:

No final das quantas, o próprio Ministério da Educação e a Advocacia Geral da União concluíram que isto era errado, que era inconstitucional, conceder professores e manter professores, pagos com dinheiro público, dentro de uma Instituição que a condição era uma parcela de contribuição dos alunos. E acabou não dando certo. (ENTREVISTADO F).

A incorporação da Unidade de Ensino Descentralizada de Jaraguá do Sul - ETF/SC pela nova escola do segmento comunitário não se efetivou, conforme pontuado por Floriani (2005, p.72) “[...] por indeferimento do próprio MEC, após consulta à Advocacia Geral da União (AGU), a Unidade de Jaraguá do Sul, do CEFET/SC, não se transladou para o Centro Politécnico Geraldo Werninghaus”. Dessa forma, constituíram-se duas instituições independentes de Educação Profissional em Jaraguá do Sul: ‘uma pública estatal’, a UnED/JS, e outra ‘pública não estatal’, do Segmento Comunitário, 'o Centro Politécnico Geraldo Werninghaus'. Essa situação histórica *sui generis* da Educação Profissional pública em Jaraguá do Sul permeou a Implementação da Política Pública.

### **Algumas Considerações**

Sob a ótica dos profissionais do Campus Jaraguá do Sul – IFSC, obtida por meio de entrevistas com os nove educadores a respeito

Práxis Educacional	Vitória da Conquista	v. 12, n. 22	p. 295-314	maio/ago. 2016
--------------------	----------------------	--------------	------------	----------------

da implementação das diversas mudanças nos rumos da Educação Profissional na instituição, a pesquisa apontou as dificuldades vivenciadas e as incertezas na continuidade das atividades. Uma das causas centrais foi a autorização de funcionamento da UnED/JS se dar por meio de uma portaria e, não por um decreto-lei, num período em que não havia uma política clara de expansão da Educação Profissional.

O que se pôde perceber foi a ausência do ‘Estado’ em manter a instituição no que diz respeito a: quadro de pessoal, laboratórios adequados e orçamento para as atividades básicas da instituição, o que levou a comunidade (professores, pais e alunos) a buscar alternativas paliativas como, por exemplo, a criação da Associação de Alunos Pais e Professores, para a continuidade da Unidade. Se de um lado o governo não proporcionava suporte financeiro e de recursos humanos para essa instituição, de outro, os ‘agentes sociais locais’ também não assumiram as responsabilidades de manutenção, por não entenderem como suas, apesar de já estarem sendo beneficiados com a capacitação da mão de obra para seus parques fabris.

Conforme dados dos documentos e das entrevistas, em 1998 surge uma nova modalidade de oferta da Educação Profissional em Jaraguá do Sul, chamada ‘Escola Comunitária’. A exigência do Governo para liberar os recursos especificamente para a referida instituição era a incorporação da UnED/JS da ETF/SC por essa nova instituição do segmento comunitário. A incorporação da UnED/JS - ETF/SC, pela nova instituição, não se concretizou e a Unidade ficou praticamente abandonada, tanto pelo governo, como por quem a buscou.

Estabeleceram-se, então, em Jaraguá do Sul, duas instituições de Educação Profissional: ‘uma pública estatal’, a UnED/JS, e outra ‘pública não estatal’ do seguimento comunitário, chamada Centro Politécnico Geraldo Werninghaus. A distinção foi: a gratuidade do ensino na UnED/JS da ETF/SC e a cobrança de mensalidade na ‘Escola Comunitária’.

Conforme apontado anteriormente, as políticas públicas para a Educação Profissional, na década de 1990, foram balizadas por um 'Estado Mínimo', que deixaria a função de provedor e assumiria a função de promotor e gestor de políticas universais de equidade.

Assim, esses processos históricos do Campus Jaraguá do Sul - IFSC, com a ausência do Estado como provedor dos recursos, transferindo as responsabilidades para a 'Sociedade Civil', 'impactaram,' possivelmente de forma negativa, na implementação das políticas públicas da Educação Profissional na década de 1990. Toda mudança nos rumos da política educacional pode trazer transtornos, seja por parte dos atores envolvidos, seja pela implementação da mesma; por isso, ela precisa ser acompanhada, analisada, e, ainda, seria importante verificar os impactos que ela produz, em especial, os efeitos na formação do estudante, se foram positivos ou negativos e a possibilidade de correções.

### Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Portugal. Edições 70. 1977.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. *Disponível em:* <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm)> *Acesso em:* 15 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995. *Disponível em:* <<http://www.mare.gov.br>>. *Acesso em:* 21 mai. 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Brasília 1998a. *Disponível em:* <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19637.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm)>. *Acesso:* 12 out. 2013.

Práxis Educacional	Vitória da Conquista	v. 12, n. 22	p. 295-314	maio/ago. 2016
--------------------	----------------------	--------------	------------	----------------

BRASIL. **Lei nº 9.649 de 27 de maio de 1998.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília 1998b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19649cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19649cons.htm)>. Acesso em: 11 mai. 2013.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1549-28, de março de 1997.** Altera o Art. 3º da Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, no que trata da Expansão da Educação Profissional: Brasília, 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/Antigas/1549-28.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1549-28.htm)> Acesso em: 15 mai. 2013.

BRASIL. **Portaria 724 de 13 de maio de 1994.** Publicado no Diário Oficial da União em 18 de maio de 1994, Ministério da Educação e do Desporto. Autoriza a Escola Técnica Federal de Santa Catarina a promover o funcionamento da Unidade Descentralizada UnED de Jaraguá do Sul SC.

FLORIANI, Eliane, Spliter. **(Des)continuidades e Contradições do Ensino Técnico no CEFET/SC – Unidade de Jaraguá do Sul.** 2005. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Orientador: Professor Dr. Ari Paulo Jantsch.

MAINARDES, Jeferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais.** Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 07 de setembro de 2013

NEVES, Marco Aurélio. **Centro politécnico de Jaraguá do Sul e a educação profissional:** quando a delimitação entre o público e o privado desaparece. 2001.174f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Orientadora: Professora Dra. Edna Garcia Maciel Fiod.

PASOLD, César Luiz. **Função Social do Estado Contemporâneo.** 3 ed. Florianópolis: OAB/SC. Ed. co-edição Editora Diploma Legal, 2003.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil.** São Paulo: editora 34, 1996.

PERONI, Vera Maria Vidal. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. *In*: PERONI, Vera, Maria, Vidal; BAZZO, Vera, Lucia; PEGORARO, Ludimar. (Org.). Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SHIROMA, Eneida Oto; GARCIA, Maria Cardoso e CAMPOS, Roselane Fátima. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. *In*. BALL, Stephen, J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas Educacionais, questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

*Mestranda Laurinda Ines Souza de Moraes*  
Instituto Federal de Educação de Santa Catarina - Brasil  
Mestre em Educação pelo Programa de Mestrado em Educação /UNIVILLE  
Membro do Grupo de Pesquisa Políticas e Práticas Educativas  
GPPPE/UNIVILLE  
E-mail: laura@ifsc.edu.br

*Dr<sup>a</sup> Silvia Sell Duarte Pillotto*  
Universidade da Região de Joinville – Brasil  
Professora no Programa de Mestrado em Educação  
Membro do Grupo de Pesquisa Políticas e Práticas educativas  
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Arte e Educação – NUPAE  
E-mail: silvia.sell@univille.br

*Dr<sup>a</sup> Elizabete Tamanini*  
Universidade da Região de Joinville – Brasil  
Membro do Grupo de Pesquisa Políticas e Práticas educativas  
E-mail: tamanini@ielusc.br

Recebido em: 30 de março de 2015

Aprovado em: 26 de junho 2015